COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.312-A, DE 2009

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro do Ministério Público Militar.

Autor: Ministério Público da União

Relator: Deputado JOSÉ GENOÍNO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, oriundo do Ministério Público da União, tem por objetivo a criação, no quadro de pessoal do Ministério Público Militar, de um cargo efetivo de Procurador da Justiça Militar e de dois cargos efetivos de Promotor da Justiça Militar.

Segundo a justificção, o projeto de lei decorre da implantaçõ da 2ª Auditoria da 11ª Circunscritçõ Judiciária Militar, sediada no Distrito Federal, conforme determina a Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares.

Aduz que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.572, de 2009, que propõe a criaçõ de cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para comporem a referida auditoria militar, o que acarretará acréscimo de demanda da atividade institucional do Ministério Público Militar.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho, de Administraçõ e Serviço Público; de Finanças e Tributaçõ e a esta Comissõ de Constituiçõ e Justiça e de Cidadania.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou unanimemente o projeto, nos termos do parecer do Relator, Deputado VICENTINHO.

Em 27.10.2009, foi aprovado requerimento de urgência para apreciação do projeto, nos termos do art. 155 do Regimento Interno.

Cabe a esta Comissão o exame da matéria sob os aspectos constitucional, jurídico, de técnica legislativa, bem como manifestar-se sobre o mérito, a teor do disposto no art. 32, IV, *a* e *d*, do Regimento Interno.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei ora examinado visa à criação de 03 (três) cargos públicos efetivos, sendo um cargo de Procurador de Justiça Militar e dois cargos de Promotor de Justiça Militar, com vistas à implantação da 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada no Distrito Federal.

A matéria insere-se no rol de iniciativa legislativa privativa do Ministério Público da União, a teor do disposto no art. 127, § 2º, da Constituição Federal.

Analisando a proposição sob comento, não vislumbramos nenhum empecilho à sua aprovação, eis que não contraria nenhuma norma ou princípio constitucional ou jurídico.

Quanto à técnica legislativa, a proposição em análise está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

No mérito, a proposição decorre do disposto na Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que prevê a instalação da 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar.

Ressalte-se que, em atendimento ao disposto no citado diploma legal, o Superior Tribunal Militar encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.572, de 2009, que propõe a criação de cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a referida auditoria militar.

Nessa linha, a criação de cargos no Ministério Público Militar está em consonância com a ampliação da prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Castrense. Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, o Ministério Público Militar, responsável pela ação penal militar, tem que acompanhar o acréscimo de demanda nesse ramo do Poder Judiciário.

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.312, de 2009.

Sala da Comissão, em 06 de março de 2010.

Deputado JOSÉ GENOÍNO
Relator Substituto